



SITUAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO

Boletim Informativo | n. 45 | jan. 2024



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS	4
SOBRE OS RESULTADOS APRESENTADOS	5
RESULTADOS	6
Resultados relativos ao Plano de Saúde	6
Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS	8
Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG	12
Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA	14
REFERÊNCIAS	24

APRESENTAÇÃO

O planejamento no Sistema Único de Saúde é uma função gestora que, além de requisito legal, é um dos mecanismos relevantes para assegurar a unicidade e os princípios constitucionais do Sistema Único de Saúde (SUS). Expressa as responsabilidades dos gestores de cada esfera de governo em relação à saúde da população do território quanto à integração da organização sistêmica (Brasil; Fundação Oswaldo Cruz, 2016).

Conforme prevê a legislação, os instrumentos de planejamento do SUS são: Plano de Saúde, Programação Anual de Saúde e os Relatórios de Gestão.

O Plano de Saúde (PS) é o instrumento central da coordenação do sistema de saúde e no qual devem estar expressos as responsabilidades sanitárias e os compromissos da gestão com as necessidades da população, bem como as situações de cooperação com os demais atores que atuam no território para a gestão e o financiamento das ações e os serviços de saúde no território, no âmbito de cada esfera da gestão do SUS para o período de quatro anos.

A Programação Anual de Saúde (PAS) é o instrumento que operacionaliza as intenções expressas no PS e tem por objetivo a anualização das metas desse plano e a previsão da alocação dos recursos orçamentários a serem executados.

O Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) é um instrumento de monitoramento e acompanhamento da execução da PAS.

Por sua vez, o Relatório Anual de Gestão (RAG) apresenta os resultados alcançados com a execução da PAS ao final do exercício e orienta eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no PS.

De acordo com o artigo 22 da Lei Complementar n.º 141, de 13 de janeiro de 2012, para receberem recursos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), os municípios, os estados e o Distrito Federal deverão possuir Plano de Saúde, Conselho de Saúde e Fundo de Saúde.

O **DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento** (DGMP) é um sistema utilizado pelos estados, Distrito Federal e municípios, para registro de informações e documentos relativos ao Plano de Saúde e à PAS, bem como para a elaboração do RDQA e do RAG referentes ao ano de 2018 em diante. Por meio do sistema, os relatórios de gestão são enviados para análise e manifestação do Conselho de Saúde.

Para fins de monitoramento, este Boletim apresenta mensalmente a situação de elaboração, entrega e apreciação dos instrumentos de planejamento para os entes subnacionais (estados, Distrito Federal e municípios), com base nos dados coletados no DGMP.

2023 Ministério da Saúde.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0

Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: bvsm.s.saude.gov.br.

N. 45 | Jan. 2024

ISSN 2764-4286

OS 0079/2024

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria-Executiva

Departamento de Gestão Interfederativa e Participativa

Coordenação-Geral de Planejamento no SUS/Coordenação de

Gestão dos Instrumentos de Planejamento no SUS

Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Sede

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-3442

E-mail: coginp@saude.gov.br

Site: www.gov.br/saude

Coordenação:

Rui Leandro da Silva Santos

Elaboração:

Dorian Chim Smarzaró

Colaboração:

Fabiano Messias da Silva

Henrique Flávio de Souza

Jardênia Marçal Rosa

Luiza Maria Pereira Schaidt

Marcos Ghabriel Pereira Barros

Rochelle Patrícia Ferraz de Souza

Normalização:

Delano de Aquino Silva – Editora MS/CGDI

Revisão:

Khamila Silva – Editora MS/CGDI

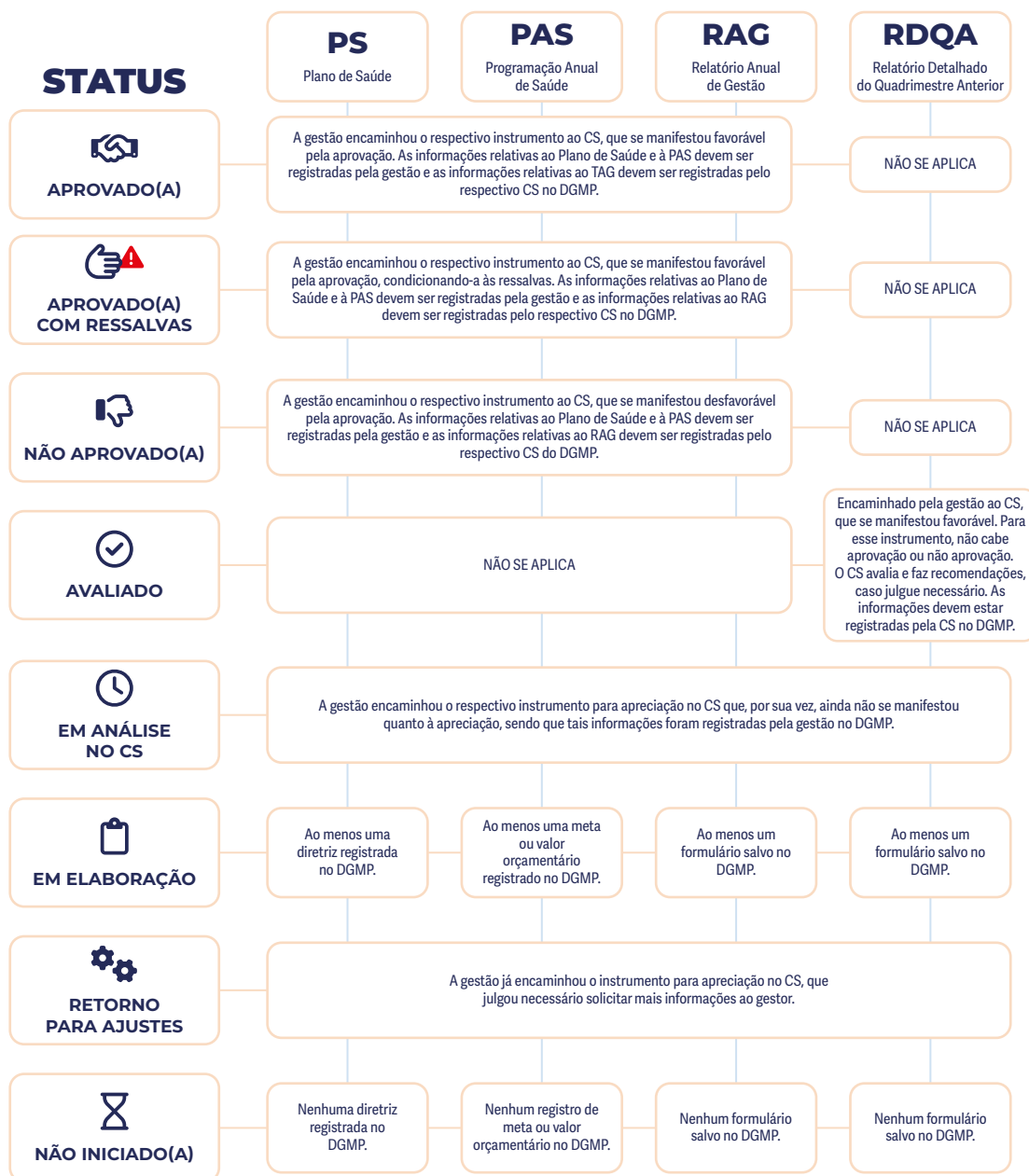
Tatiane Souza – Editora MS/CGDI

Design editorial:

Marcos Melquíades – Editora MS/CGDI

SOBRE OS STATUS NOS GRÁFICOS

Neste Boletim, os status apresentados nos gráficos referem-se às situações dos instrumentos de planejamento quanto a sua elaboração, encaminhamento e apreciação nos respectivos Conselhos de Saúde (CS). O infográfico a seguir apresenta os significados referentes a cada status.



Encaminhado pela gestão ao CS, que se manifestou favorável. Para esse instrumento, não cabe aprovação ou não aprovação. O CS avalia e faz recomendações, caso julgue necessário. As informações devem estar registradas pela CS no DGMP.

SOBRE OS RESULTADOS APRESENTADOS

A partir de 2024, este Boletim apresentará de forma sucinta a situação dos instrumentos de planejamento para as unidades federativas com relação aos ciclos de planejamento 2016-2019 e 2020-2023 e para os municípios com relação ao ciclo 2018-2021. Ainda há pendências relativas aos referidos ciclos e o Departamento de Gestão Interfederativa manterá suas ações em conjunto com as Superintências do Ministério da Saúde nos estados, nas Secretarias Estaduais de Saúde, nos Conselhos de Secretarias Municipais de Saúde e nos Conselhos Estaduais de Saúde.

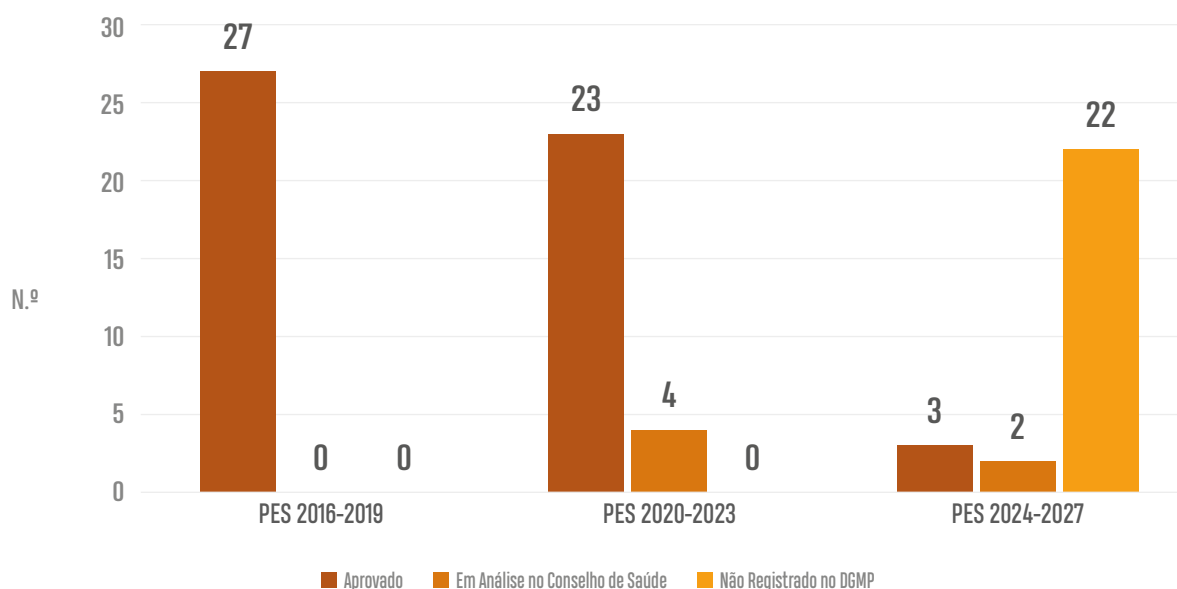
Em relação ao ciclos de planejamento 2024-2027 para as unidades federativas, e 2022-2025 para os municípios serão apresentadas análises mais detalhadas.

RESULTADOS

Resultados relativos ao Plano de Saúde

O Gráfico 1 apresenta a situação do Plano de Saúde (PS) para os estados e o Distrito Federal para o atual ciclo de planejamento 2024-2027 e para os dois ciclos anteriores, 2016-2019 e 2020-2023, conforme dados disponíveis no DigiSUS Gestor – Módulo Planejamento (DGMP).

Gráfico 1 – Número das unidades federativas, segundo status do Plano de Saúde, conforme registro no DGMP. Ciclos de planejamento 2016–2019, 2020–2023 e 2024–2027

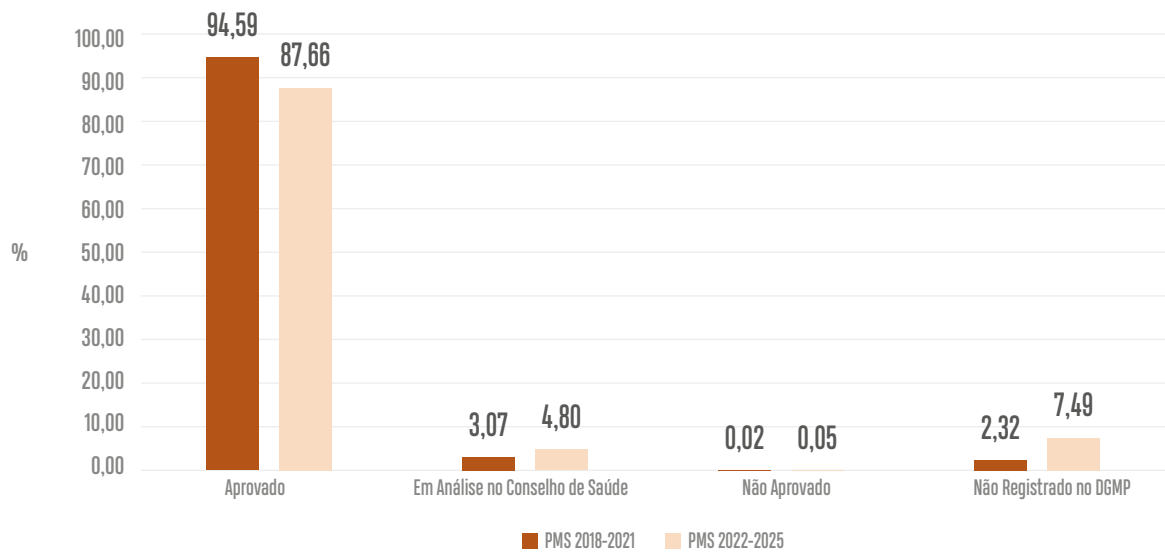


Fonte: DGMP. Dados coletados em 30/1/2024.

Para o ciclo 2020-2023, consta no DGMP que quatro Secretarias Estaduais de Saúde (Amazonas, Pará, Alagoas e Goiás), estão com os seus Planos de Saúde “Em análise no Conselho de Saúde”. Com relação ao atual ciclo de planejamento, 2024-2027, um total de 22 unidades federativas não registraram o Plano de Saúde no DGMP.

Com relação aos municípios, observa-se pelo Gráfico 2 que a maior parte está com os Planos de Saúde aprovados pelo Conselho de Saúde para os dois ciclos de planejamento. Um total de 171 municípios (2018-2021) e 267 municípios (2022-2025) estão com seus Planos de Saúde “Em análise no Conselho de Saúde”, portanto, ainda não inseriram no DGMP as resoluções de aprovação do respectivo instrumento.

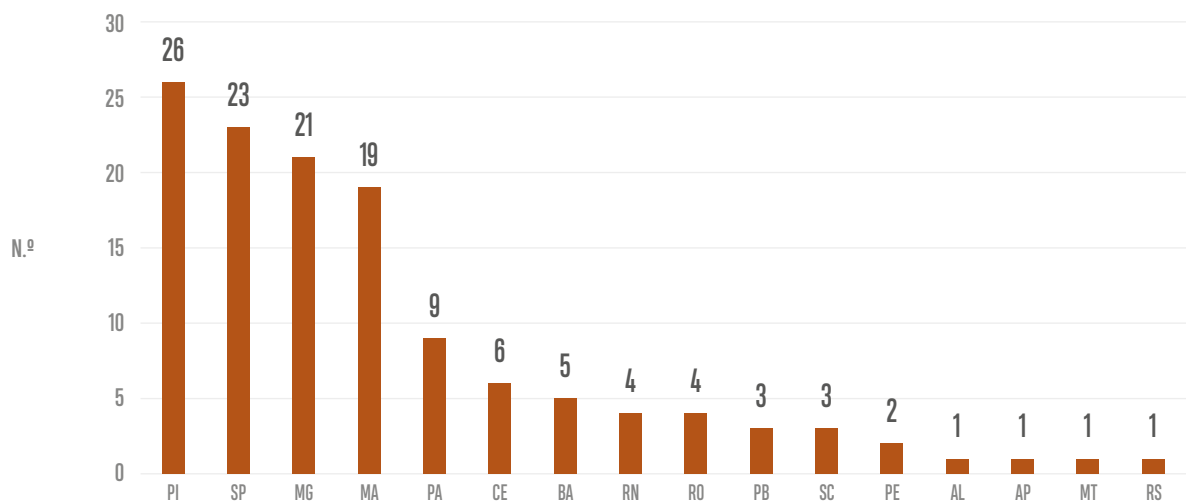
Gráfico 2 – Situação do Plano de Saúde dos municípios brasileiros, segundo status (2018-2021 e 2022-2025)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Há um quantitativo de municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP. São 129 municípios (2018-2021), distribuídos por 16 estados brasileiros, a maior parte deles em quatro estados: Piauí (26), São Paulo (23), Minas Gerais (21) e Maranhão (19), conforme Gráfico 3.

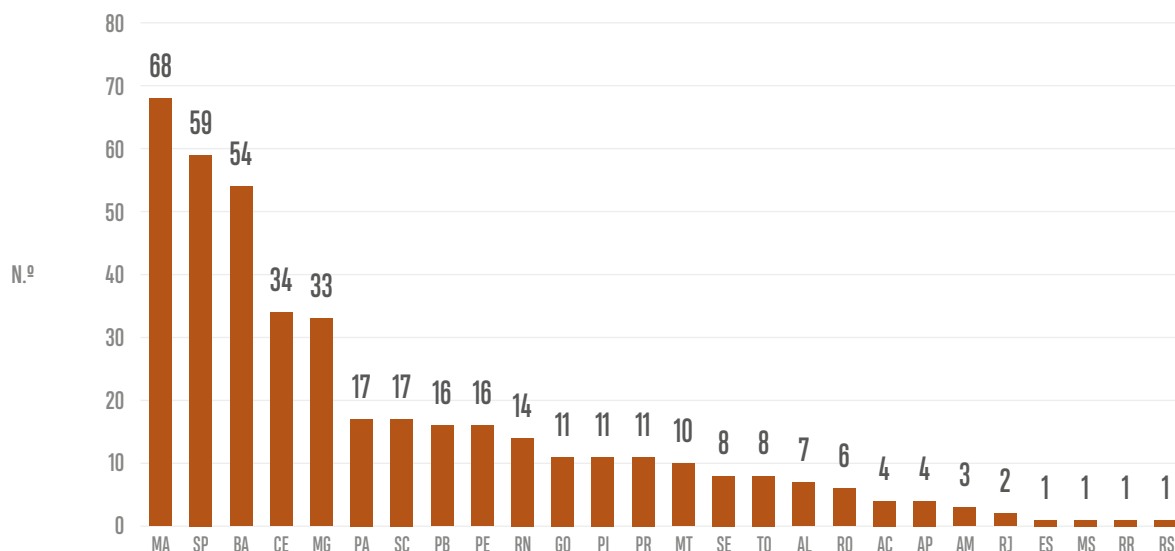
Gráfico 3 – Número de municípios que não inseriu o Plano de Saúde 2018-2021 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Para o ciclo de planejamento 2022-2025, são 443 municípios que não inseriram o Plano de Saúde no DGMP.

Gráfico 4 – Número de municípios que não inseriu o Plano de Saúde 2022-2025 no DGMP, segundo estado

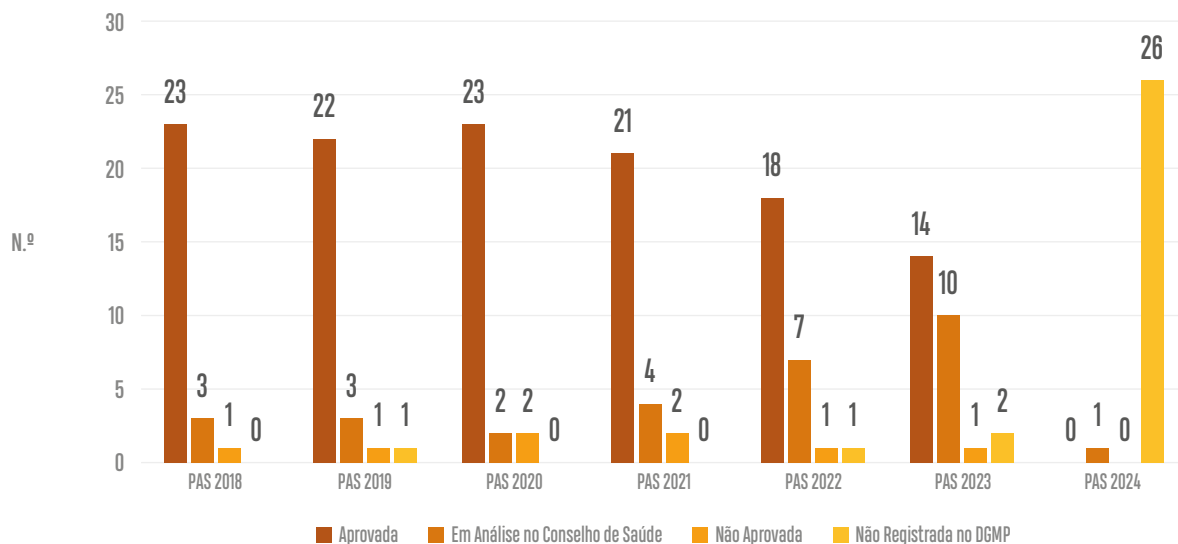


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Resultados relativos à Programação Anual de Saúde – PAS

Considerando-se os status que representam registro da PAS no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), observa-se pelo Gráfico 5 que o número foi semelhante para quase todos os anos da série, exceto para 2024: 2018 (27), 2019 (26), 2020 (27), 2021 (27), 2022 (26) e 2023 (25). Em 2024 (1), apenas uma unidade federativa encaminhou a PAS para análise no Conselho de Saúde. Dois estados não registraram a PAS de 2023 no DGMP. Há pendências ainda em 2019 e 2022 (um estado em cada ano).

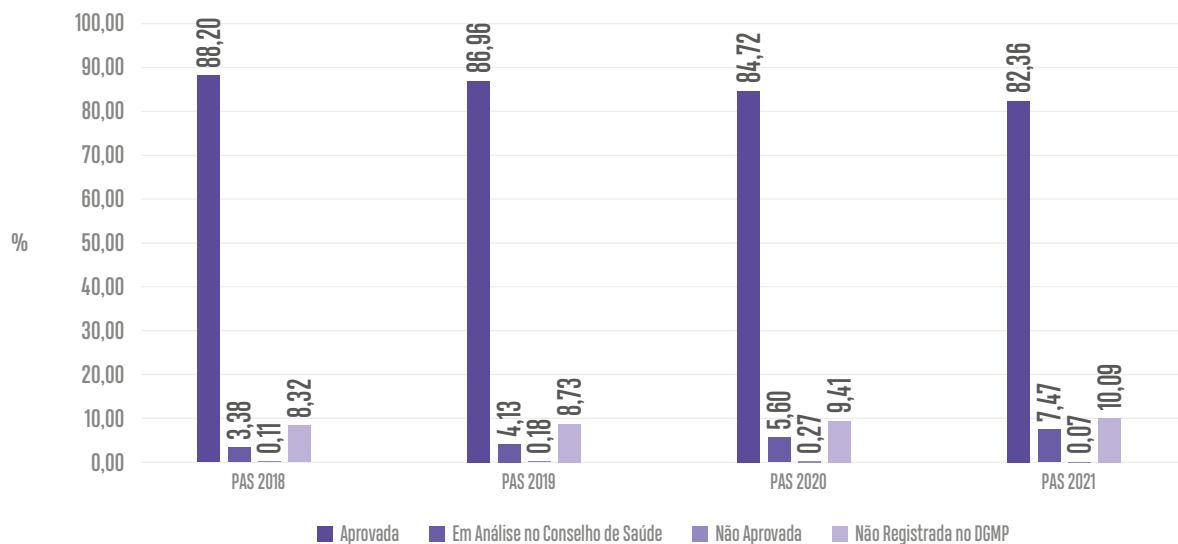
Gráfico 5 – Número de unidades federativas, segundo a situação da PAS (2018 a 2024)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Numa análise similar para os municípios, para o ciclo 2018-2021, e considerando-se os status que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no Gráfico 6: 2018 (91,68%), 2019 (91,27%), 2020 (90,59%) e 2021 (89,91%).

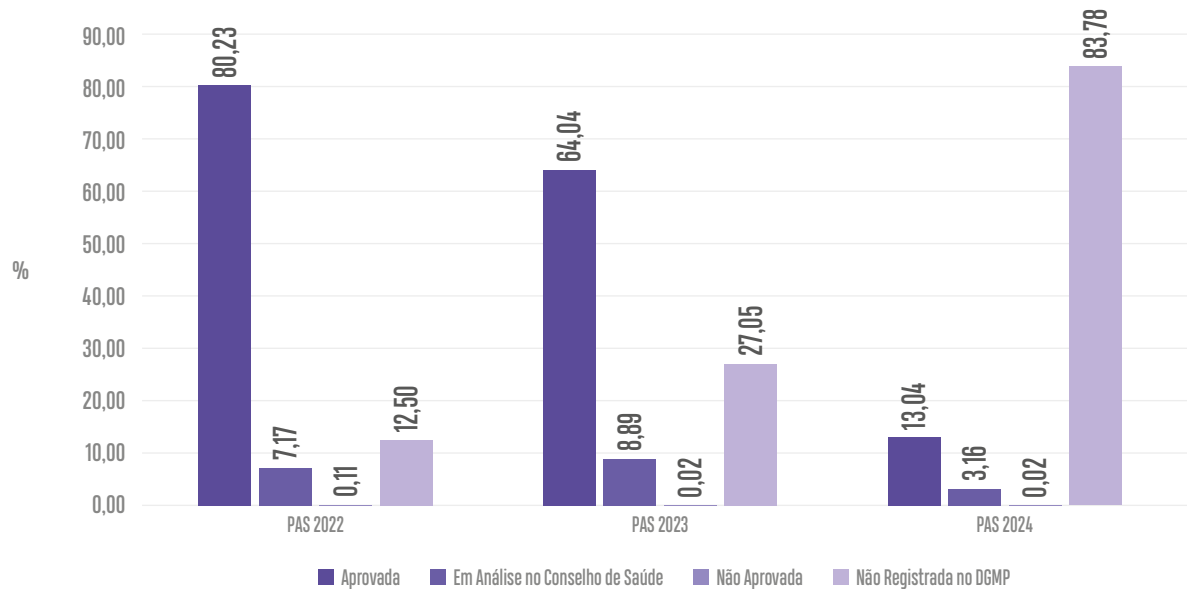
Gráfico 6 – Percentual de municípios brasileiros, segundo a situação da PAS (2018 a 2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Com relação ao ciclo 2022-2025 e considerando-se os status que representam registro no DGMP (Aprovada + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovada), as proporções são apresentadas no Gráfico 7: 2022 (87,50%), 2023 (72,95%) e 2024 (16,22%).

Gráfico 7 – Percentual de municípios brasileiros, segundo a situação da PAS (2022 a 2024)

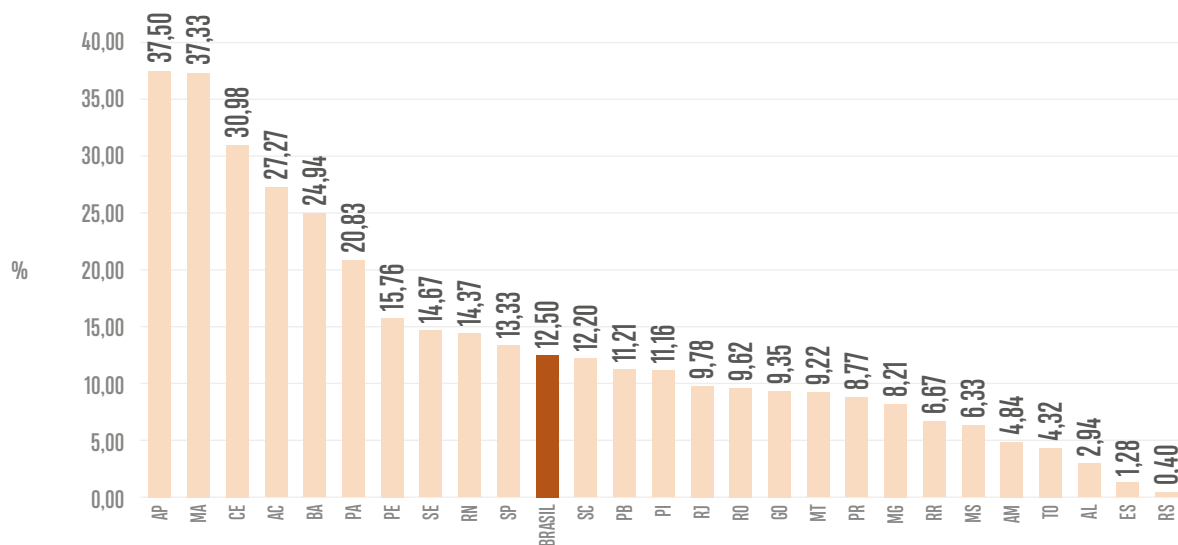


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Por outro lado, há municípios que não inseriram a PAS no DGMP em toda a série histórica. Para efeito deste Boletim, serão apresentados análises para os anos do atual ciclo de planejamento dos municípios: 2022, 2023 e 2024.

A inserção da PAS é condição para elaboração do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) e do Relatório Anual de Gestão (RAG) dos respectivos anos. Em 2022, 12,50% dos municípios não tinham inserido a PAS no DGMP. A maior proporção foi observada no estado do Amapá (37,50% dos municípios). As proporções por todas as unidades federativas são apresentadas no Gráfico 8.

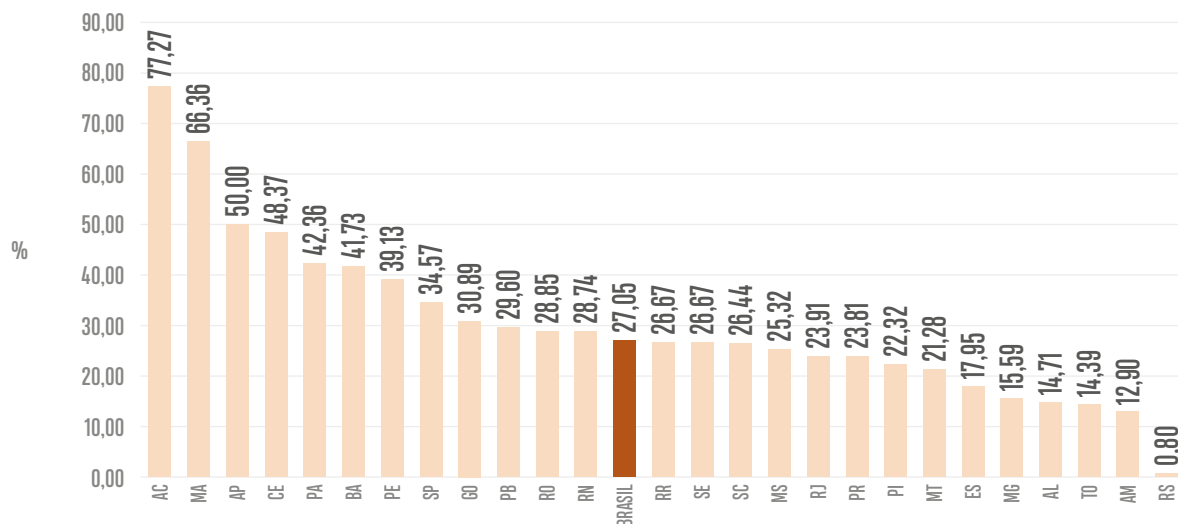
Gráfico 8 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2022 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Com relação à PAS 2023, a maior proporção de municípios que não registrou esse instrumento no DGMP foi verificada no estado do Acre (77,27%). A proporção para todo o País foi de 27,05%. A situação de todos os estados é apresentada no Gráfico 9.

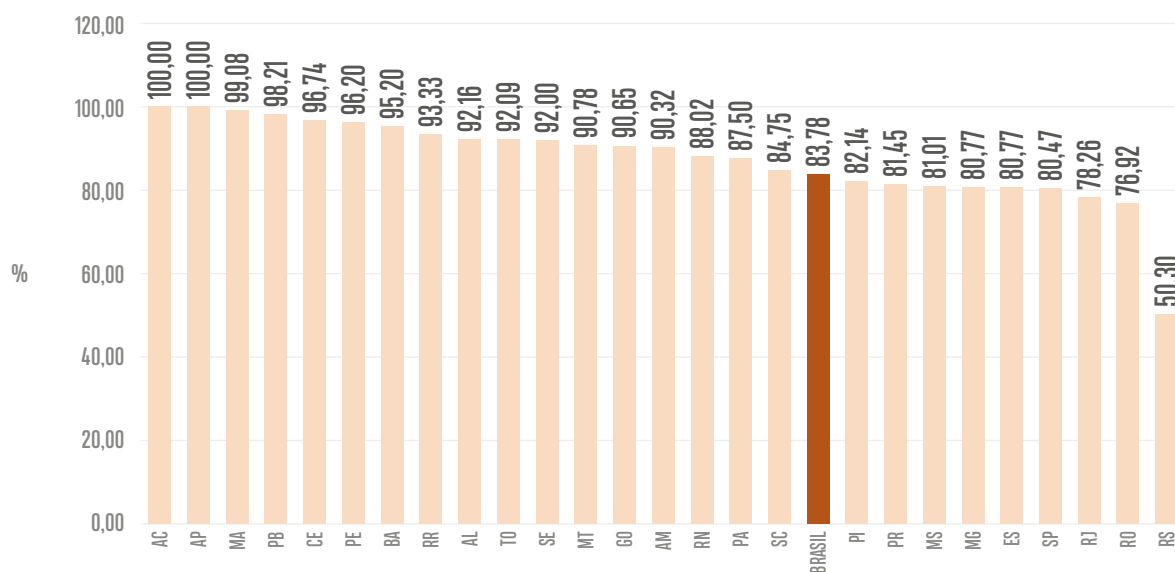
Gráfico 9 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2023 no DGMP, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Para a PAS 2024, as maiores proporções de municípios que não registraram esse instrumento no DGMP foram observadas nos estados do Acre e do Amapá. A situação por estado está descrita no Gráfico 10.

Gráfico 10 – Proporção de municípios que não registrou a PAS 2024 no DGMP, segundo estado

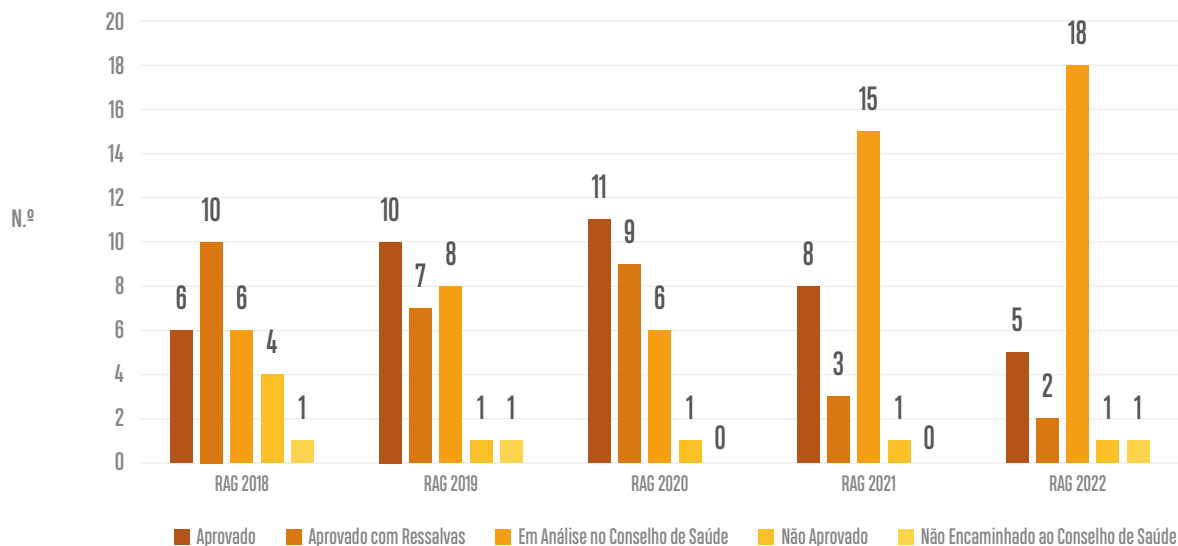


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Resultados relativos ao Relatório Anual de Gestão – RAG

A maior parte das unidades federativas encaminhou pelo DGMP os RAG de 2018 (26), 2019 (26), 2020 (27) e 2021 (27) para apreciação do Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalvas + Em análise no Conselho de Saúde + Não aprovado), conforme Gráfico 11. Uma unidade federativa não encaminhou o RAG de 2022. Há pendências ainda em 2018 (um estado) e 2019 (um estado).

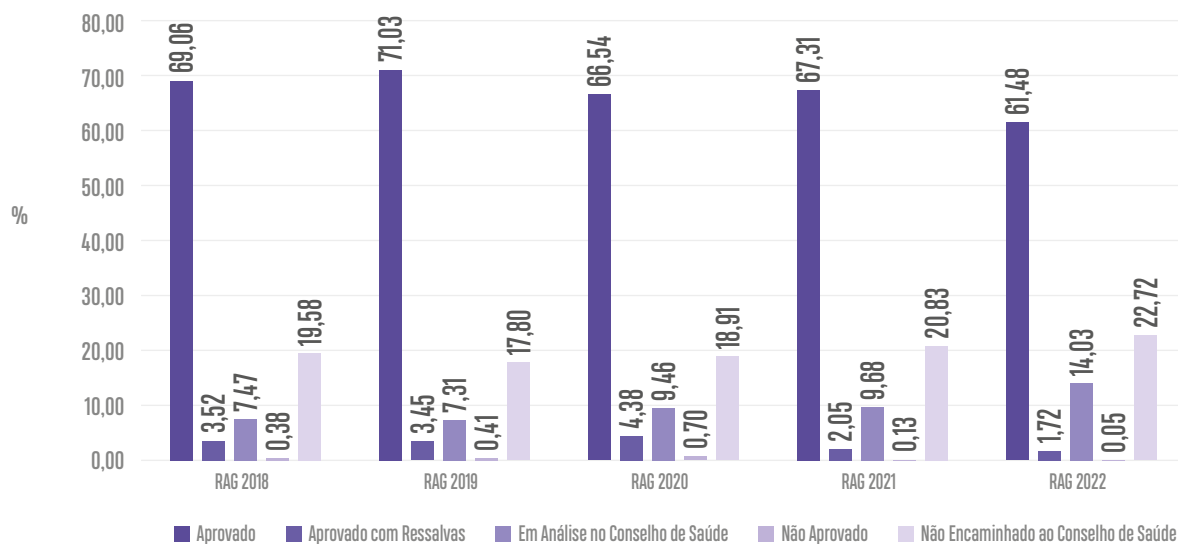
Gráfico 11 – Número de unidades federativas, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Quanto aos municípios, excetuando-se o ano de 2022, aproximadamente 80% deles encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde (Aprovado + Aprovado com ressalva + Não aprovado + Em análise no Conselho de Saúde): RAG 2018 (80,42%), RAG 2019 (82,20%) RAG 2020 (81,09%) e RAG 2021 (79,17%). Para o ano de 2022, as proporções observadas foram de 77,28%, conforme Gráfico 12.

Gráfico 12 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RAG (2018 a 2022)



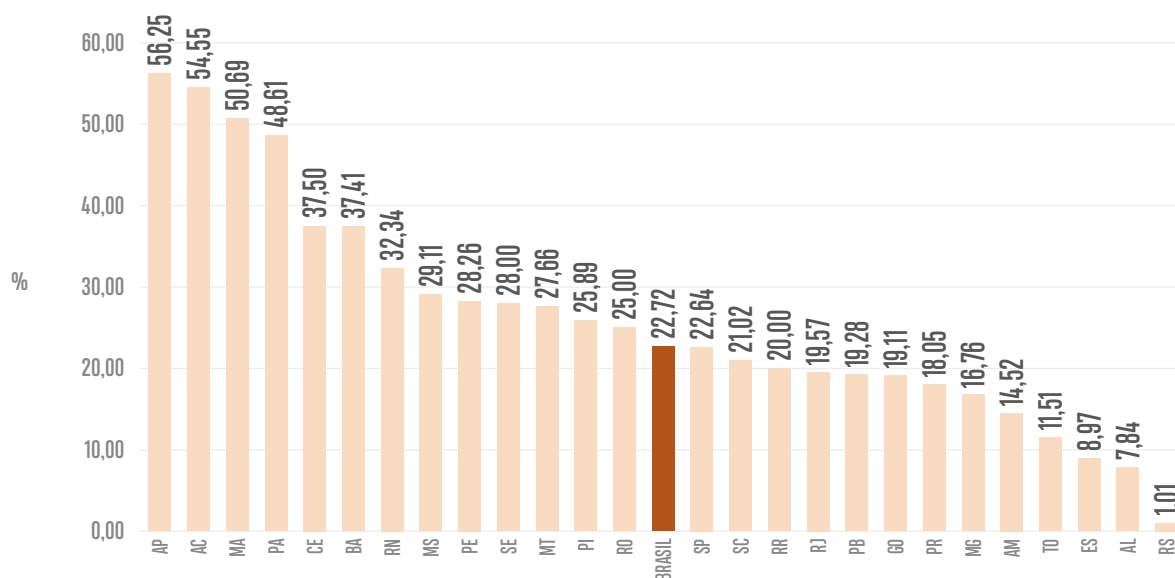
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Entretanto, há municípios que não encaminharam o RAG para apreciação no Conselho de Saúde, fato observado em todos os anos da série histórica.

Será destacado para uma análise mais detalhada para o ano de 2022, visto que o RAG referente a esse ano pertence ao atual ciclo de planejamento dos municípios.

A seguir, no Gráfico 13, são apresentadas as proporções de municípios que não tinham encaminhado o RAG 2022 para apreciação no Conselho de Saúde. A maior proporção foi observada no estado do Amapá (56,25% dos municípios).

Gráfico 13 – Proporção de municípios que não encaminhou o RAG 2022 para análise no Conselho de Saúde, segundo estado



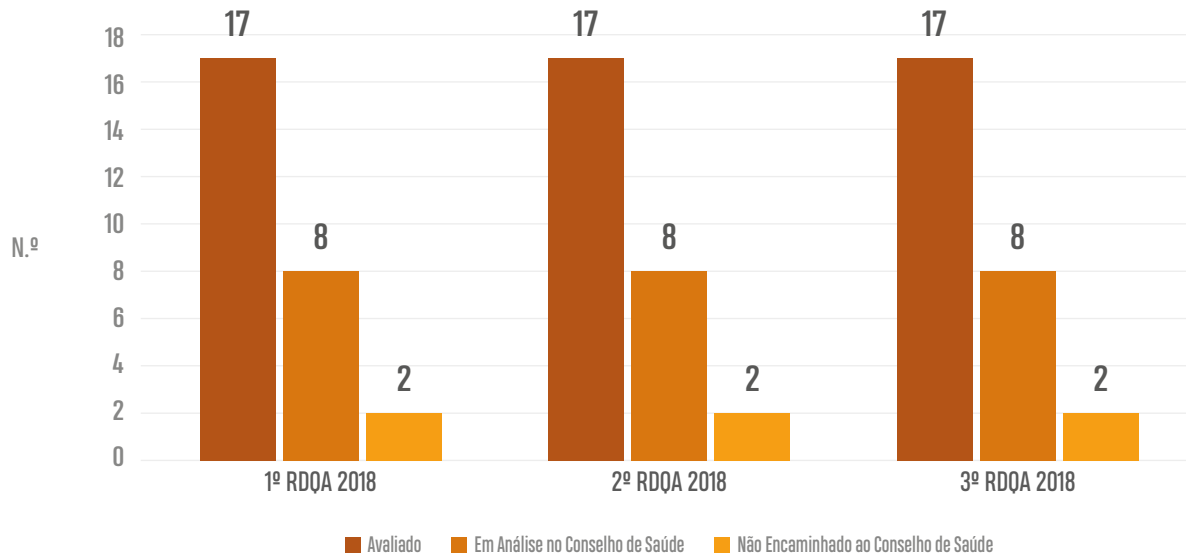
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Resultados relativos ao Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior – RDQA

RDQA de 2018

Em relação às unidades federativas, a maior parte encaminhou o RDQA para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) nos três quadrimestres de 2018, conforme Gráfico 14.

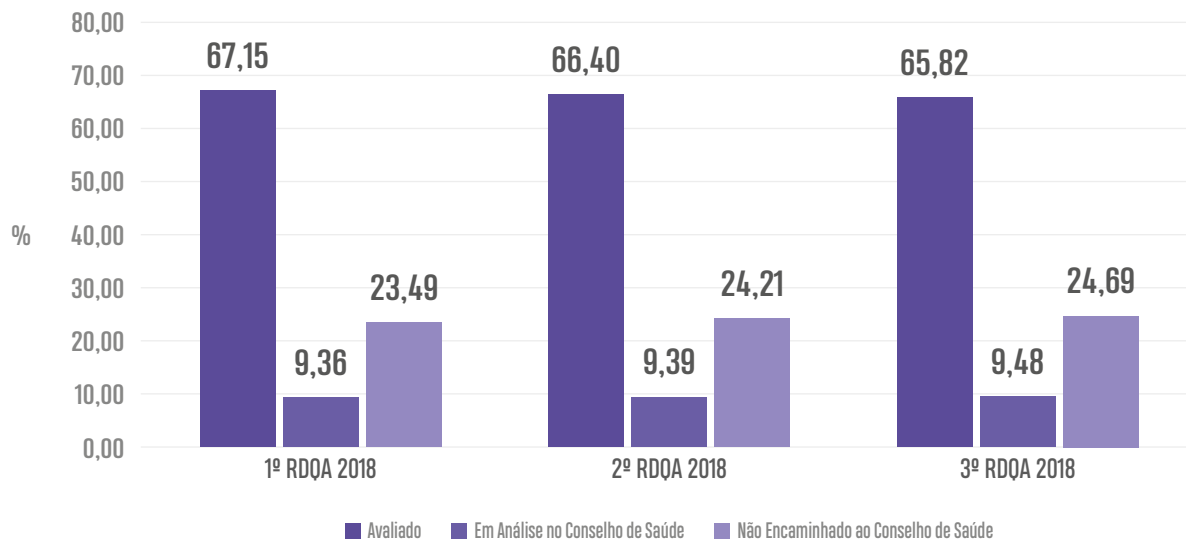
Gráfico 14 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2018)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Semelhante análise para os municípios demonstra que, na média dos três RDQA de 2018; 75,87% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 24,13% estão pendentes. O Gráfico 15 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 15 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2018)

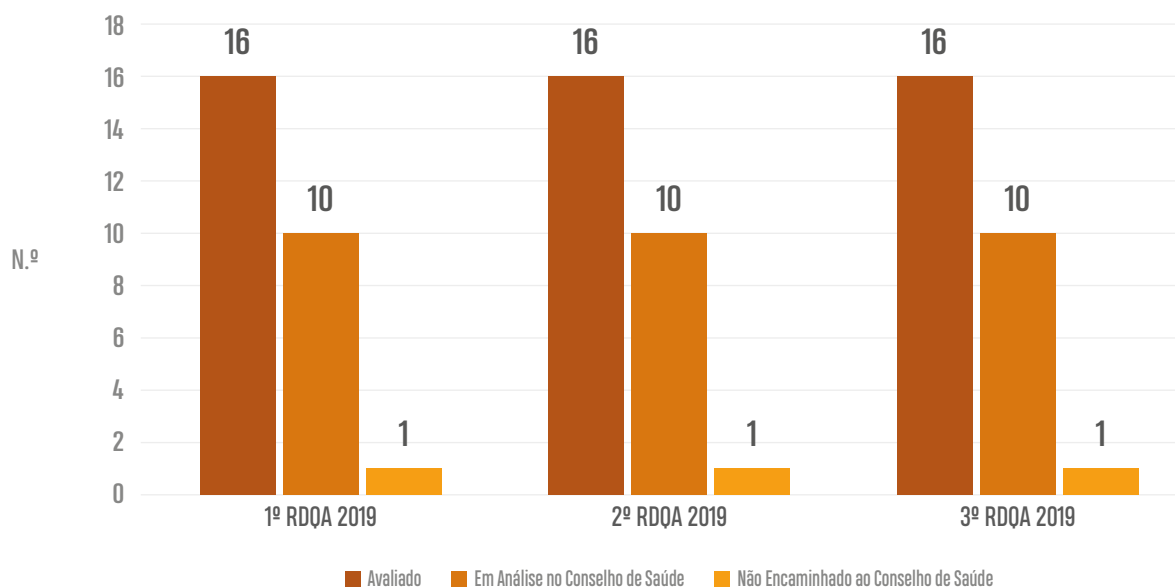


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

RDQA de 2019

Uma unidade federativa ainda não encaminhou os três RDQA de 2019 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 16.

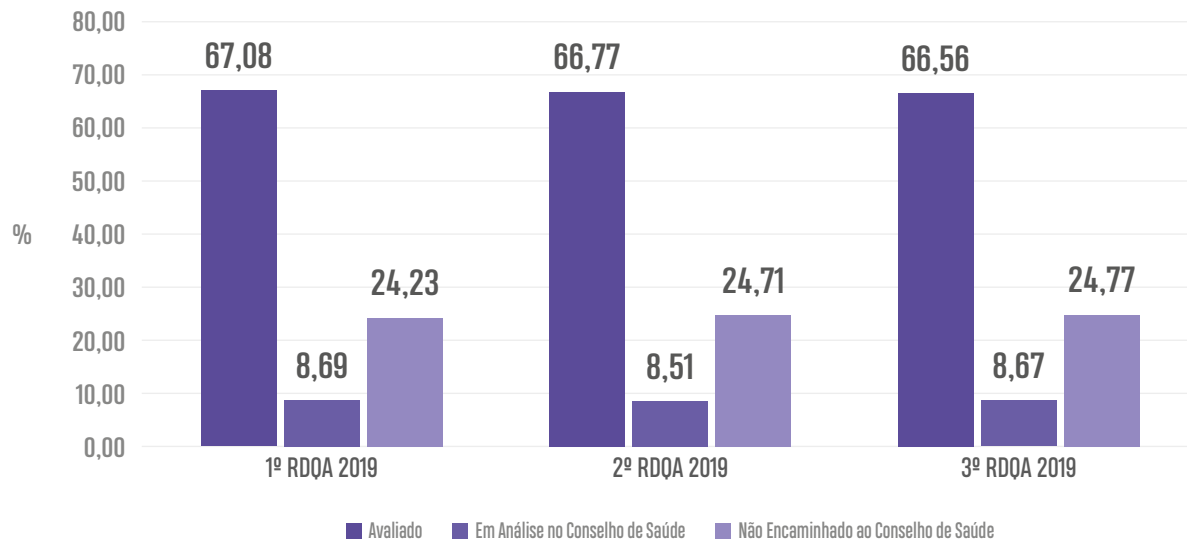
Gráfico 16 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2019)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

A mesma análise para os municípios aponta que, na média dos três RDQA de 2019, 75,43% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 24,57% estão pendentes. O Gráfico 17 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 17 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2019)

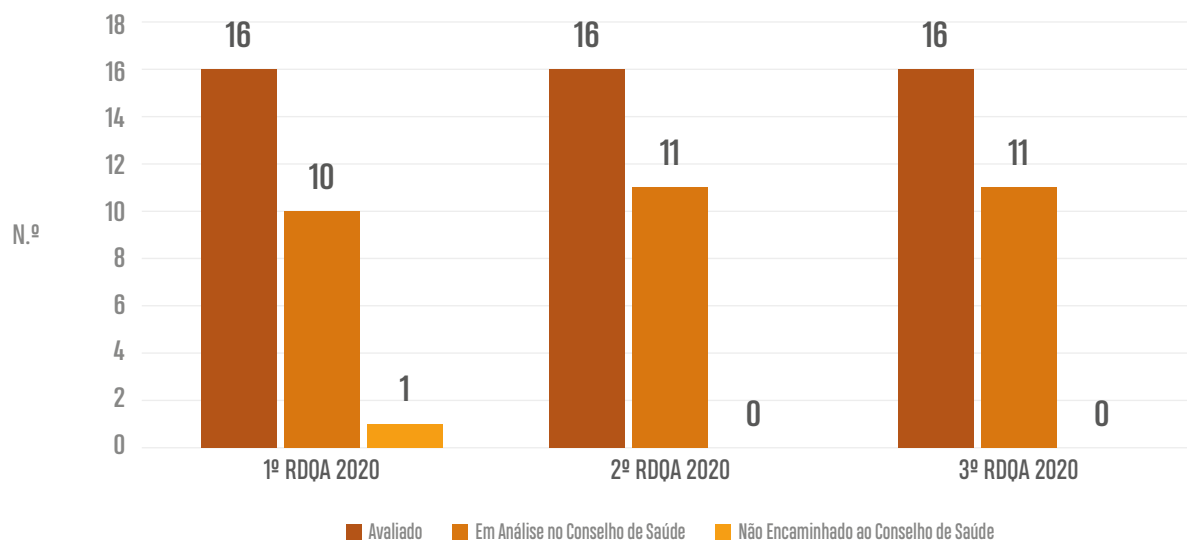


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

RDQA de 2020

Uma unidade federativa não encaminhou, para avaliação no Conselho de Saúde, o 1º RDQA de 2020. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 18.

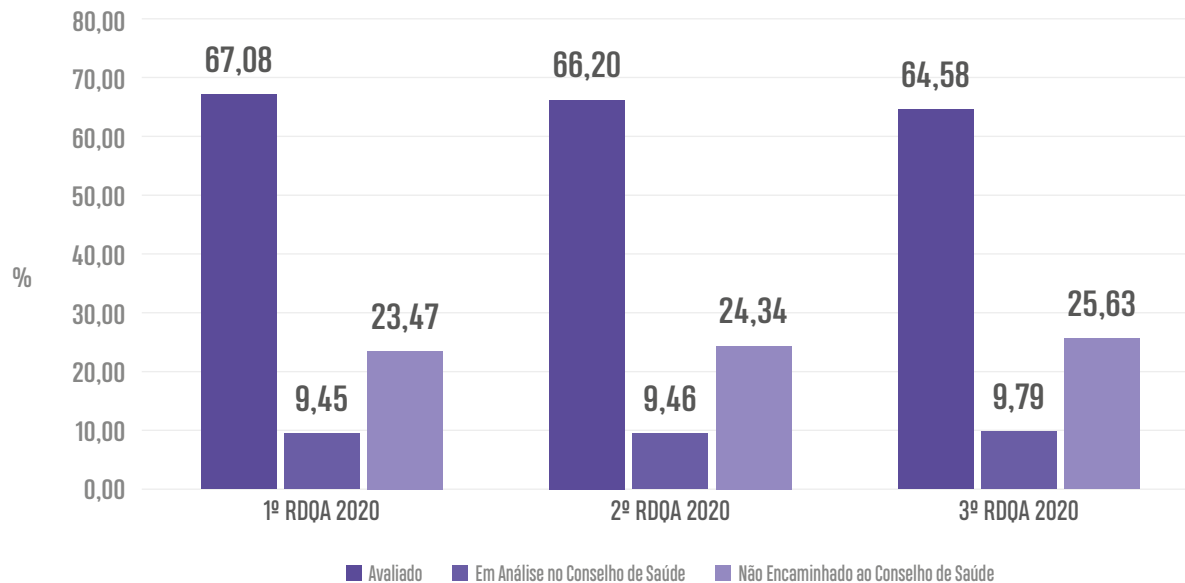
Gráfico 18 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2020)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Em relação aos municípios, a média dos que encaminhou todos os RDQA de 2020 para avaliação no Conselho de Saúde foi 75,52%, conseqüentemente, a média de inadimplência foi de 24,48%. O Gráfico 19 apresenta as proporções para cada quadrimestre.

Gráfico 19 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2020)

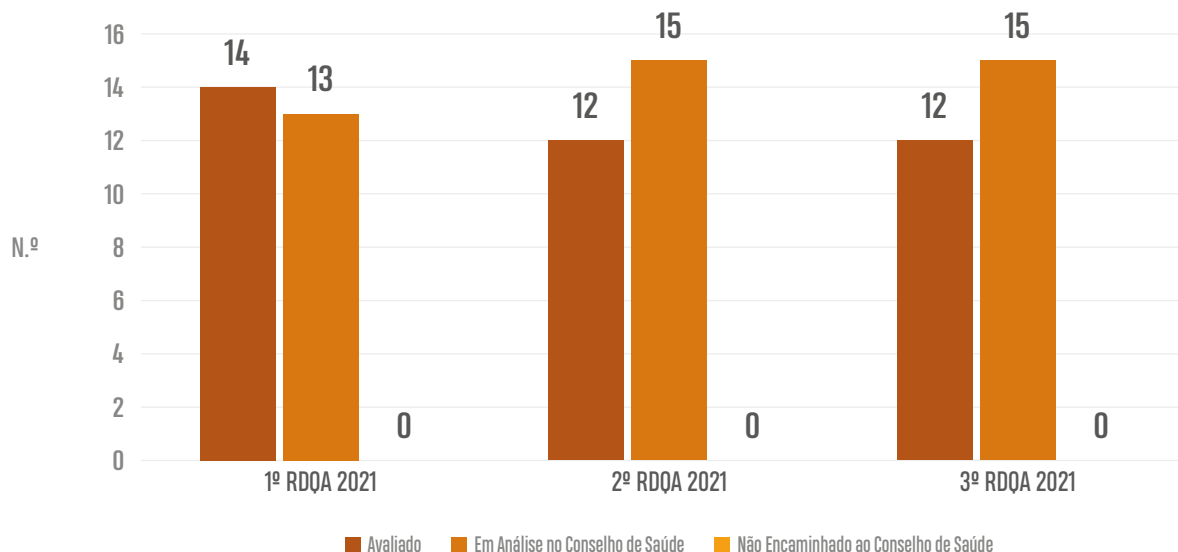


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

RDQA de 2021

Não há pendências por parte das unidades federativas quanto ao encaminhamento do 1º, 2º e 3º RDQA de 2021 para avaliação no Conselho de Saúde. Observa-se no Gráfico 20 que ainda há pendências por parte de Conselhos de Saúde quanto à avaliação e à emissão do parecer.

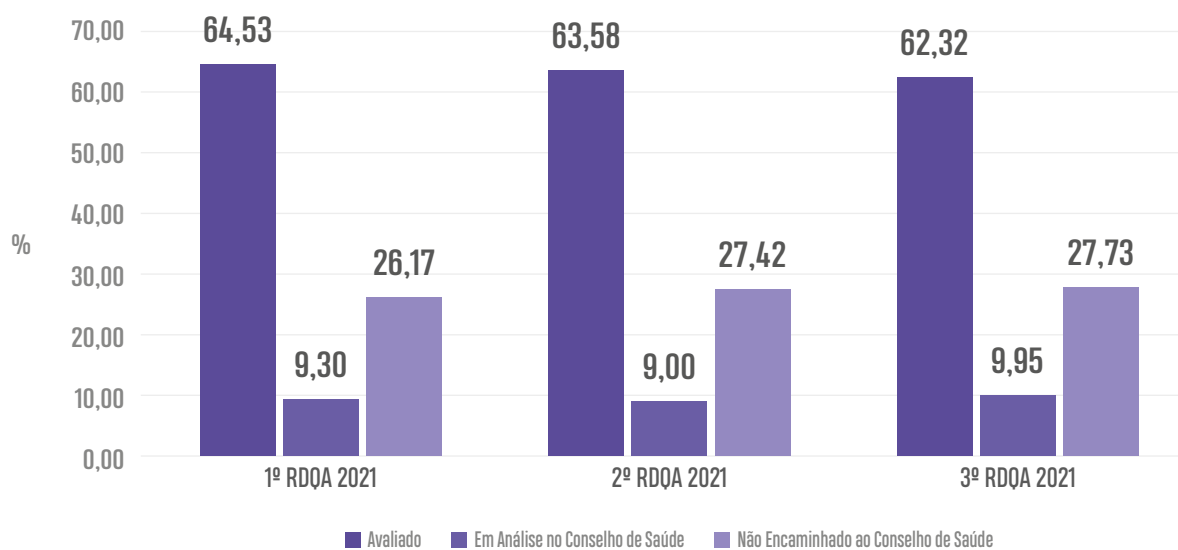
Gráfico 20 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2021)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Em análise análoga para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2021; 72,89% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 27,11% estão pendentes. O Gráfico 21 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 21 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2021)

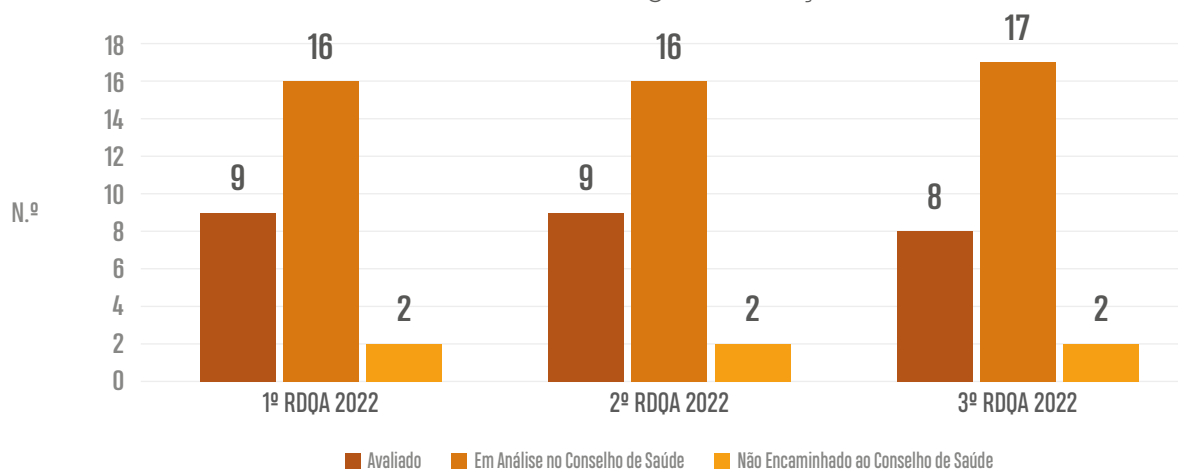


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

RDQA de 2022

Duas unidades federativas ainda não encaminharam os três RDQA de 2022 para avaliação no Conselho de Saúde. O detalhamento por cada status e quadrimestre está no Gráfico 22.

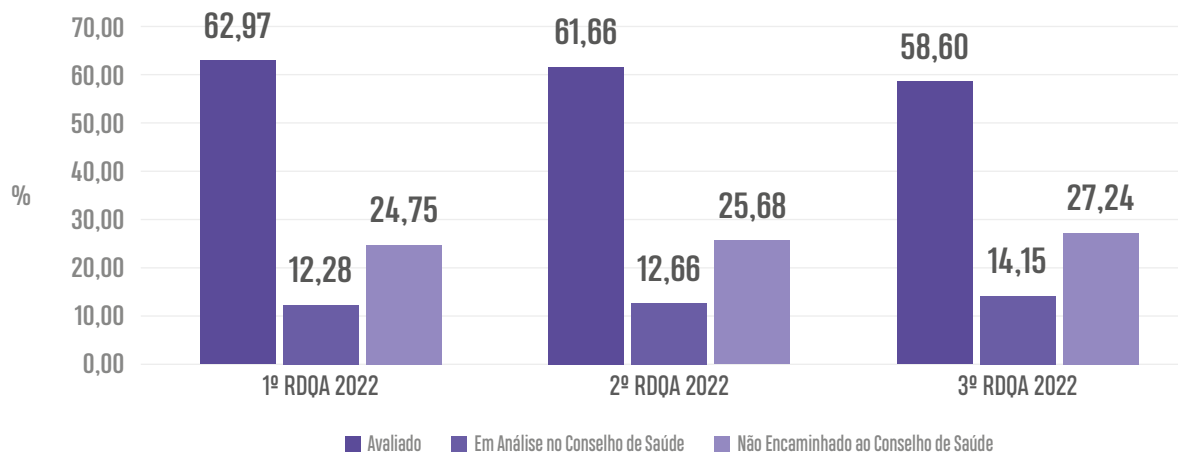
Gráfico 22 – Número de unidades federativas, segundo situação do RDQA (2022)



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Para os municípios, observou-se que na média dos três RDQA de 2022; 74,11% dos municípios encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 25,89% estão pendentes. O Gráfico 23 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 23 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do RDQA (2022)

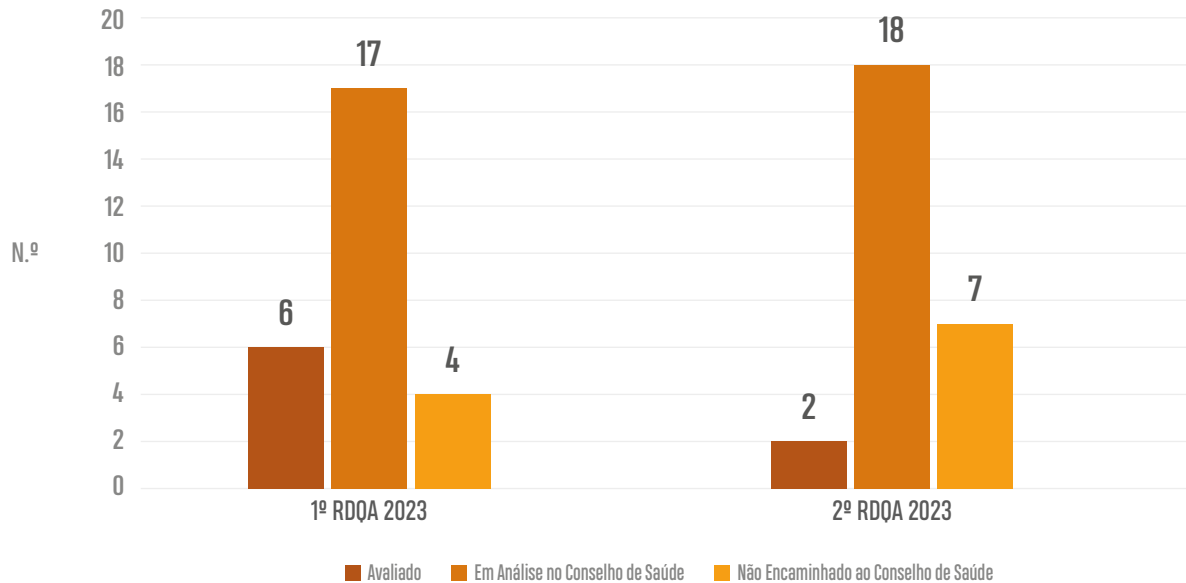


Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

RDQA de 2023

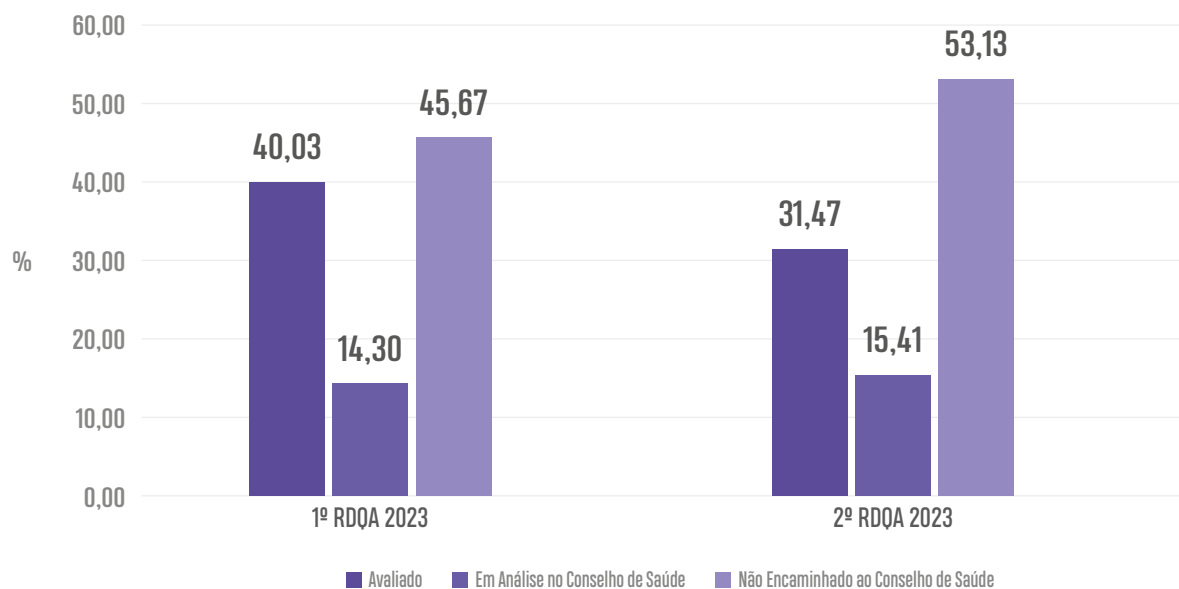
Quatro e sete unidades federativas, respectivamente, não encaminharam o 1º e o 2º RDQA para avaliação no Conselho de Saúde, consoante ao Gráfico 24. Ressalta-se que o prazo para envio do 3º RDQA de 2023 é no final de fevereiro de 2024, portanto, ainda não é passível de apuração.

Gráfico 24 – Número de unidades federativas, segundo situação do 1º e 2º RDQA (2023)



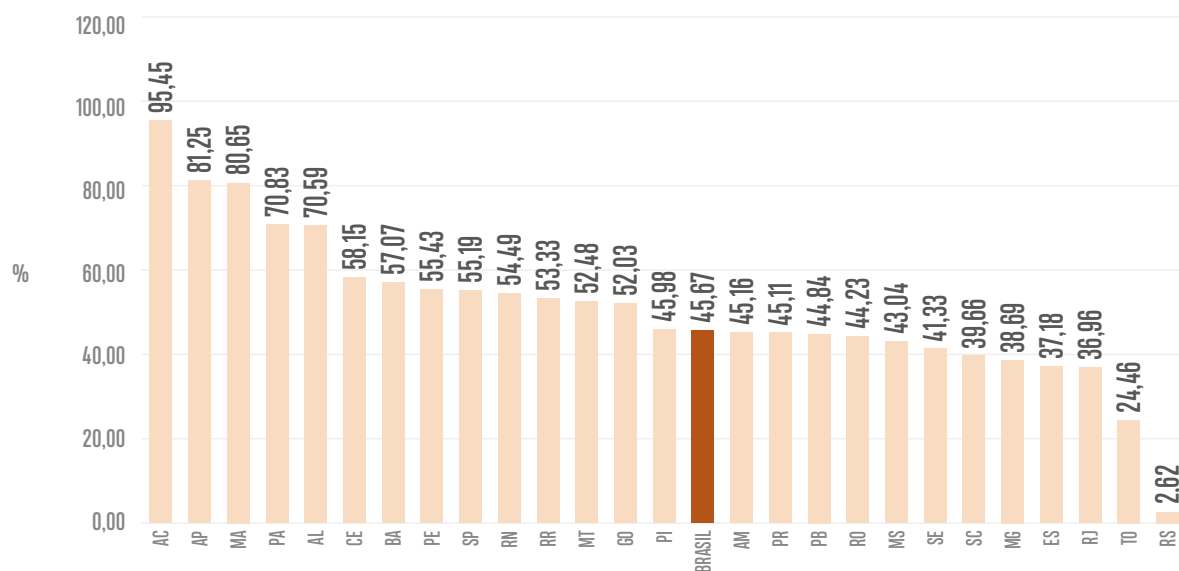
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/01/2024.

Para os municípios, observou-se que na média dos dois RDQA de 2023; 50,60% deles encaminharam os relatórios para avaliação no Conselho de Saúde (Avaliado + Em análise no Conselho de Saúde) e 49,40% estão pendentes. O Gráfico 25 apresenta os percentuais em cada quadrimestre.

Gráfico 25 – Proporção de municípios brasileiros, segundo situação do 1º e 2º RDQA (2023)

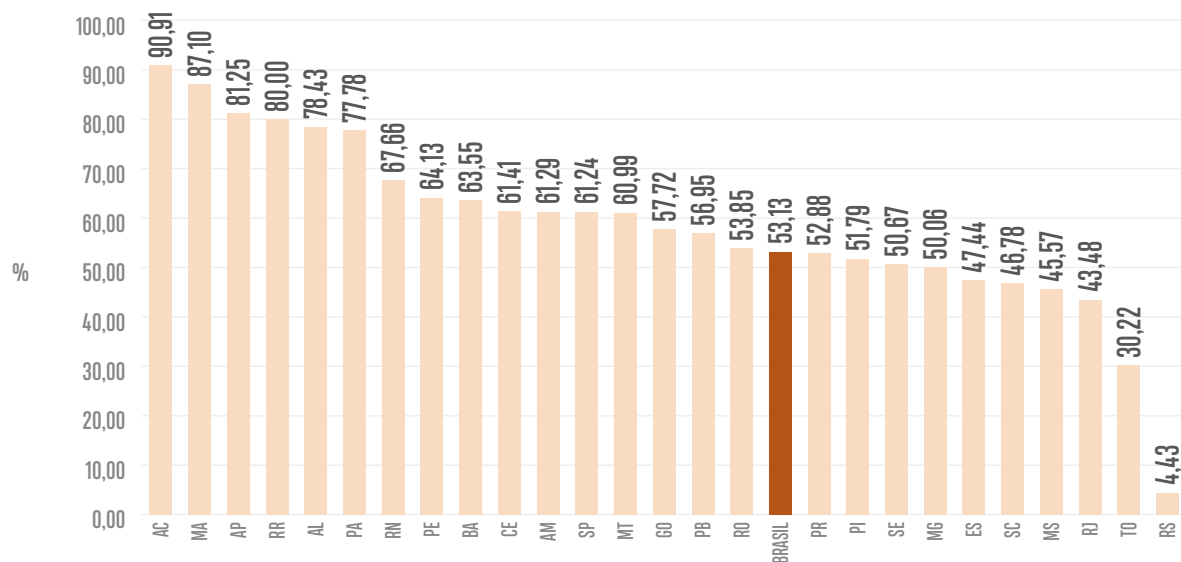
Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

E os Gráficos 26 e 27 demonstram a proporção de municípios pendentes por unidade federativa.

Gráfico 26 – Proporção de municípios que não encaminhou o 1º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado

Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

Gráfico 27 – Proporção de municípios que não encaminhou o 2º RDQA de 2023 para avaliação no Conselho de Saúde, segundo estado



Fonte: DGMP. Dados coletados em 31/1/2024.

REFERÊNCIAS

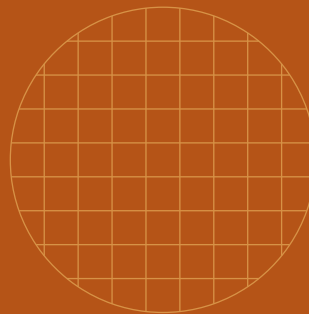
BRASIL. Ministério da Saúde; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de planejamento no SUS**. 1. ed. rev. Brasília, DF: MS: Fiocruz, 2016. (Série Articulação Interfederativa, v. 4). Disponível em: <https://bit.ly/planejamentosus>. Acesso em: 9 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual do usuário**: módulo planejamento – DigiSUS Gestor. Brasília, DF: MS, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/manualdgm>. Acesso em: 9 jul. 2021.

Conte-nos o que pensa
sobre esta publicação.

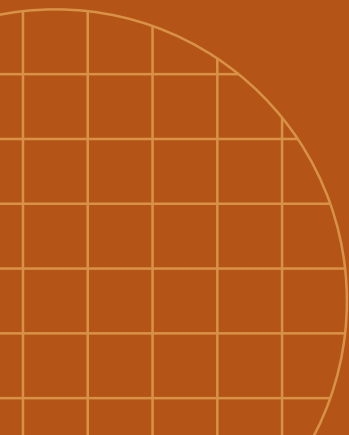


CLIQUE AQUI
e responda a pesquisa



DISQUE SAÚDE **136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

Governo
Federal